

Dívida pública cai para nível de 2003

Relação com o PIB é de 55,3%, a menor desde maio do ano passado, graças a novo superávit recorde nas contas do governo

EDNA SIMÃO

BRASÍLIA – O governo brasileiro registrou um superávit primário (receita menos despesas, excluindo pagamento de juros) recorde para meses de julho e, com isso, o endividamento público manteve a trajetória de queda. A relação dívida/PIB atingiu 55,3% do Produto Interno Bruto (soma das riquezas produzidas pelo país) no mês passado – o menor nível desde maio de 2003 (54,89%), período em que o país se recuperava de uma forte crise de confiança vivida em 2002 com a eleição do presidente Lula.

– O endividamento público já vem apresentando reduções consideráveis nos últimos meses e em julho, especificamente, a dívida líquida atingiu um patamar bastante razoável – afirmou o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (Deprec), Altamir Lopes.

No mês passado, o superávit primário somou R\$ 6,614 bilhões – o melhor para meses de julho desde 1991 (início da série pelo BC). A economia foi menor do que os R\$ 7,915 bilhões apurados em junho devido ao adiantamento de pagamento de 13º salário. Além disso, em junho foram contabilizados ganhos do governo com ativos indexados ao dólar. Um exemplo são os ativos do FAT.

No acumulado dos sete primeiros meses do ano, o governo economizou R\$ 52,796 bilhões (5,59% do PIB), aproximando-se da meta fixada pelo Fundo Monetário Internacional, de R\$ 56,9 bilhões. Conforme os números do BC, o país não terá dificuldades pa-

ra atingir antecipadamente o valor definido pelo Fundo. Para o cumprimento, seria necessário superávit primário de R\$ 2,1 bilhões e o país tem feito economia muito maior que este valor. A meta de superávit primário do FMI para o fim deste ano é de R\$ 71,5 bilhões.

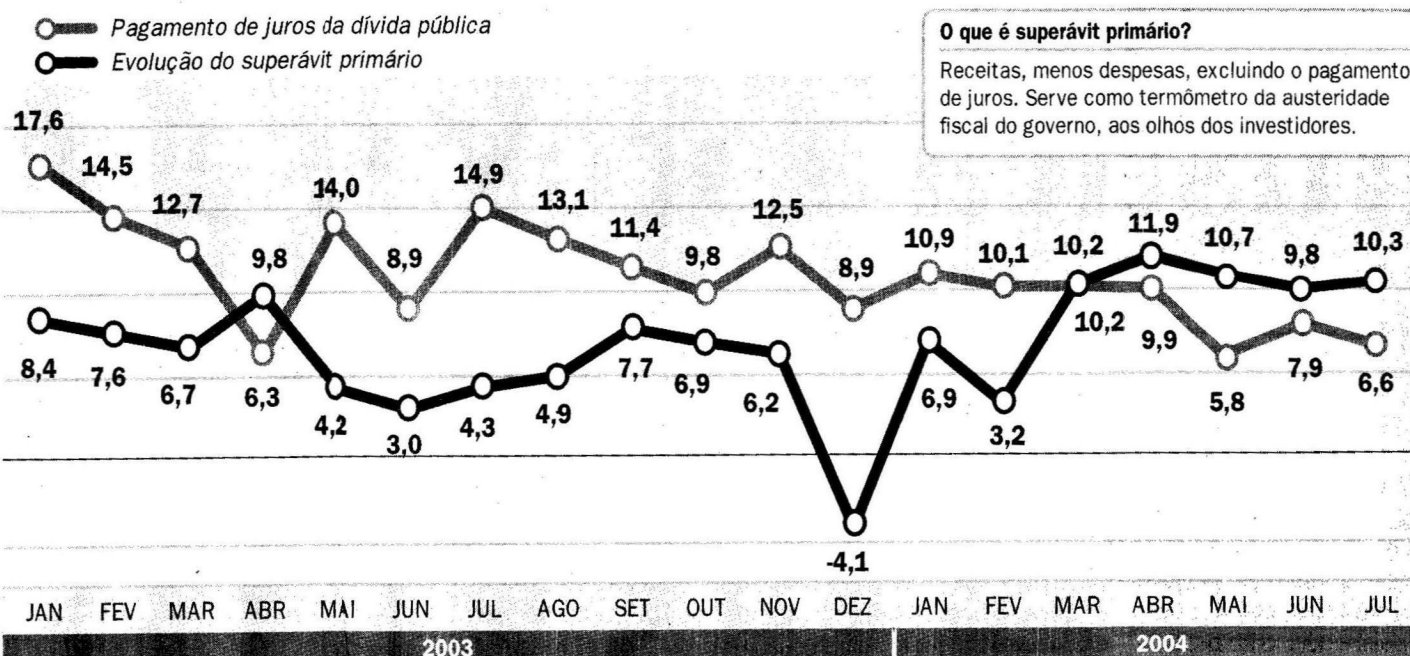
Assim como vem ocorrendo nos últimos meses, Altamir Lopes explicou que quase todas as esferas do governo apresentaram superávit primário em julho. A maior contribuição, de R\$ 4,047 bilhões, foi do governo central (que inclui as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e BC). Os governos municipais e estaduais fizeram uma economia de R\$ 1,394 bilhão e as empresas estatais, de R\$ 1,173 bilhão.

Os consecutivos recordes de superávits primários e a valorização do real frente ao dólar de 2,6% foram os principais responsáveis pela redução do endividamento público em julho, tanto em percentuais do PIB quanto em valores nominais.

A dívida líquida total do setor público consolidado apresentou uma redução de R\$ 2,584 bilhões, passando de R\$ 948,243 bilhões (56% do PIB) para R\$ 945,7 bilhões (55,3% do PIB) – a mais baixa desde maio de 2003. A apreciação do real contribuiu com uma queda na dívida de R\$ 6,33 bilhões. Atualmente, a oscilação do dólar tem um impacto muito menor sobre a dívida pública, porque apenas cerca de 22,9% (R\$ 216,5 bilhões) dela está atrelada à moeda americana. Em 2003, para cada ponto de variação do câmbio, o

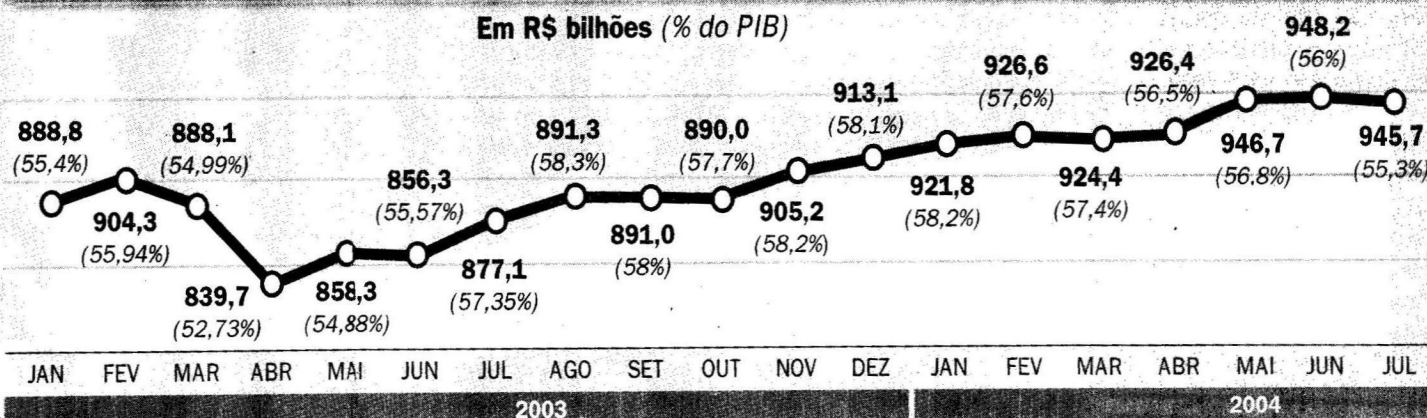
Alívio nas contas públicas

(em R\$ bilhões)



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

Em R\$ bilhões (% do PIB)



Fonte: Banco Central

impacto na dívida era de 0,25 ponto percentual. Este ano, o impacto caiu para 0,16 ponto percentual.

Em percentuais do PIB, a dívida líquida total atingiu o menor patamar desde maio de 2003 (54,89%). Segundo Lopes, esse número foi bastante influenciado pela apreciação cambial de 13,82% de abril de 2003. Desconsiderando essa influência, o resulta-

do do mês passado foi o melhor desde maio de 2002 (54,95% do PIB). A estimativa do chefe de Departamento do BC é de que a dívida feche o mês em 55,2% do PIB, considerando uma taxa de câmbio de R\$ 2,95.

A dívida bruta do governo fechou julho em R\$ 1,288 trilhão (75,4% do PIB). Em junho, ela correspondia a R\$ 1,294 trilhão (76,4% do PIB).

Segundo Lopes, esta queda é reflexo da redução da dívida externa e também da apreciação de 2,6% da taxa de câmbio no mês.

Os números das contas públicas, divulgados ontem pela autoridade monetária, mostram ainda que os gastos do governo com juros subiram R\$ 488 milhões de junho para julho, saltando de R\$ 9,887 bilhões para R\$ 10,375 bilhões.

No acumulado do ano, essa despesa somou R\$ 72,203 bilhões (7,65% do PIB), ante R\$ 89,259 bilhões (10,47% do PIB) no mesmo período de 2003. Lopes explicou que o resultado reflete a queda dos juros. A Selic acumulada no período de janeiro a julho do ano passado era de 14,15%. Nos sete primeiros meses deste ano, caiu para 8,99%, com impacto positivo na dívida.